

## EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: OS PRIMEIROS PASSOS E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES

*Bruna Carla de Carvalho Amaral<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho busca relacionar o contexto histórico e as influências ideológicas que circundavam a criação das primeiras experiências em educação especial formal no Brasil. Para tanto, utilizou-se o levantamento realizado por Gilberta Jannuzzi em sua obra *A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*, com ênfase para o período da Primeira República. No contexto analisado, a partir de revisão bibliográfica, foi possível verificar que esse cenário sofreu forte influência das ideias liberais, do cientificismo, escolanovismo, higienismo, eugenismo e pedagogia científica. Percebeu-se expressiva influência do poder médico no que se refere a determinação de padrões de normalidade, saúde e loucura e na organização interna das escolas e concepção das bases para educação especial.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação Especial. Higienismo. Escola Nova. Pedagogia Científica.

**ABSTRACT:** The present work seeks to relate the historical context and the ideological influences that surrounded the creation of the first experiences in formal special education in Brazil. To do so, we used the survey carried out by Gilberta Jannuzzi in his work *A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*, with emphasis on the period of the First Republic. In the analyzed context, from a bibliographical review, it was possible to verify that this scenario was strongly influenced by liberal ideas, scientism, *escolanovismo*, hygienism, eugenism and scientific pedagogy. There was a significant influence of medical power regarding the determination of normality, health and insanity patterns and the internal organization of schools and the design of bases for special education.

**KEYWORDS:** History of Special Education. Hygienism. New school. Scientific Pedagogy.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o contexto histórico e as influências ideológicas que circundavam a criação das primeiras experiências em educação especial formal no Brasil. Através de revisão bibliográfica, partiu-se do levantamento realizado por Gilberta Jannuzzi (2012), com ênfase no período da Primeira República. No quadro selecionado estão presentes fortes influências

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela "Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho" (Unesp – FFC - Câmpus de Marília). bruna.carvalho@unesp.br

de ideias liberais, do cientificismo, escolanovismo, higienismo, eugenismo e pedagogia científica.

Procurou-se observar os anseios das reformas educacionais do período sob a ótica do Estado, através do *Anuario de Ensino* de 1917 (*ANUARIO...*, 1917) escrito pelo então Diretor Geral da Instrução Pública Oscar Thompson, figura que se mostrou relevante no processo de divulgação e implementação de métodos de Pedagogia Científica no Estado de São Paulo, juntamente com o italiano Ugo Pizzolli e com o professor imigrante Clemente Quaglio.

O poder político exercido pela medicina social no período foi explorado partindo da obra *Danação da Norma* (MACHADO *et al*, 1978). Dessa forma, buscou-se contextualizar o fortalecimento do higienismo, enquanto ferramenta indispensável do poder médico, com a aproximação de médicos e professores no processo de concepção das bases da educação especial no Brasil.

## O FIM DO IMPÉRIO E A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES

A regulação da educação especial no Brasil ocorreu em meio a expansão das ideias liberais que se concretizaram no fim do século XVIII e início do XIX. Os anseios liberalistas já estavam presentes na colônia em movimentos como Inconfidência Mineira (1789) Conjuração Baiana (1798) e Revolução Pernambucana (1817). Essas aspirações pairavam principalmente sobre grupos de professores, alfaiates, médicos, advogados, soldados e fortaleceram-se a partir da independência. Tais setores sociais, apesar de comporem certa elite intelectual no país, ainda não possuíam influência política relevante. Enquanto a oligarquia agrária no Brasil Imperial, fortemente marcado pelo seu poder, determinava os rumos da política e dos investimentos governamentais regidos pelos anseios dessa classe dominante detentora do poder econômico. (JANNUZZI, 2012).

A educação no Brasil só passou a ser vista como objeto de especial atenção, preocupação e investimento do governo quando isso tornou-se interessante para os setores dominantes da sociedade. Por séculos a elite agrária e escravocrata enviava seus filhos para que fossem educados no exterior. A economia agrária fazia uso da mão de obra escrava que não necessitava de investimento em alfabetização. Os instrumentos do trabalho rural eram rudimentares, requerendo pouco ou quase nenhum conhecimento técnico. Desse modo, pode-se dizer que a história da educação em geral, bem como a história da educação do deficiente no Brasil estão diretamente relacionadas com o “modo de organização e reprodução da sociedade” (GOERGEN, *apud* JANNUZZI, 2012, prefácio).

A educação no Brasil nesse período estava longe de ocupar algum destaque, apesar de estar presente na Constituição de 1824 a garantia de “educação primária e gratuita a todos”, em 1870 o país apresentava, segundo o recenseamento, um índice de 78% de analfabetos nos grupos de idade de 15 anos ou mais.

Segundo Jannuzzi (2012), acompanhando o ritmo apagado da educação fundamental, a educação das crianças deficientes encontrou no Brasil poucas manifestações, raras instituições e nulo número de escritos a seu respeito. Ainda assim, a sociedade já se defendia juridicamente do adulto deficiente como verifica-se na constituição de 1824 em seu título II, artigo 8º, item 1º que ela privava do direito político o incapacitado físico ou moral (JANNUZZI, 2012).

Durante o período imperial é notável um profundo silêncio sobre o deficiente que reflete os interesses das classes dominantes do Brasil. Promover a educação dos trabalhadores não gerava maior produtividade para a agricultura, principal atividade econômica no período. Portanto a educação do deficiente ou mesmo a educação fundamental da população não recebiam a devida atenção do poder central.

Um dos primeiros registros que se pode obter de atendimento aos deficientes é o trabalho das Santas Casas de Misericórdia que, seguindo a tradição europeia, podem ter exercido importante papel na assistência aos deficientes. Essas instituições estão presentes no Brasil desde o século XVI em cidades como Santos, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Ilhéus e Porto Seguro, e no XVII em Sergipe, Paraíba, Itamaracá, Belém, Iguazu e Maranhão, nesse período elas prestavam atendimento à população pobre e aos doentes. Em São Paulo, as Santas Casas a princípio, distribuíam dotes a órfãs e esmolas aos pobres. Após a construção do hospital, particularmente no século XIX, elas ampliaram o acolhimento de crianças abandonadas até a idade de 7 anos, supõe-se que muitas delas possuíam deficiências físicas ou mentais. As crônicas da época relatavam o frequente hábito de abandono de crianças pelas ruas onde eram muitas vezes atacadas, mutiladas ou mortas por animais ou de frio, fome e sede. Essa forma de acolhimento foi sistematizada com a criação da roda de expostos, a primeira em Salvador (1726) a segunda no Rio de Janeiro (1738) e em São Paulo em 1825. Através dela as crianças indesejadas pelos responsáveis ou cujos pais não possuíam condições de criá-las poderiam ser entregues anonimamente aos cuidados dessa instituição. Em meados do século XIX algumas províncias mandaram vir religiosas para administração e educação dessas crianças, permitindo-lhes receber alguma educação, além de alimento e cuidados, até os 7 anos de idade (JANNUZZI, 2012).

As primeiras instituições destinadas exclusivamente à educação do deficiente tiveram sua implantação facilitada por influência de figuras próximas ao imperador: em 1824 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant), no município da Corte Imperial e, alguns anos depois, o Instituto dos Surdos-Mudos (posteriormente chamado de Instituto Nacional dos Surdos-Mudos e em 1957 passou a se denominar Instituto Nacional de Educação de Surdos), ambos sob a manutenção e administração do poder central. Pode-se notar no processo de criação dessas instituições forte influência da experiência francesa. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi fruto do interesse pessoal do médico do imperador José Francisco Xavier Sigaud, fran-

cês e pai de uma menina cega Adèle Marie Louise. Sigaud tomou conhecimento do trabalho do cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que estudara em Paris no Instituto dos Jovens Cegos e ao regressar ao Brasil, impressionado com o descaso e abandono dos cegos no país, traduziu e publicou o livro de J. Dondet *História do Instituto dos Meninos Cegos de Paris*. O doutor Sigaud procurou José Álvares de Azevedo que passou a alfabetizar sua filha Adèle, com isso Sigaud despertou o interesse do então ministro Luís Pedreira de Couto Ferraz o qual encaminhou ao imperador o projeto que resultou na criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos. A origem do Instituto dos Surdos-Mudos também ocorre sobre forte influência de pessoas ligadas ao poder político. Edouard Hüet, educador francês com surdez congênita, chegou ao Rio de Janeiro sob recomendação do ministro da Instrução Pública da França e com apoio do embaixador da França no Brasil, Monsieur Saint George, Hüet aproximou-se do marquês de Abrantes – Miguel Calmon du Pin e Almeida. Edouard Hüet foi apresentado ao imperador por esses vultos políticos e tornou-se responsável por organizar o primeiro educandário para o ensino de surdos. O marquês de Abrantes foi incumbido de supervisionar o trabalho de Hüet e de organizar uma comissão para fundar a instituição. Ambos institutos ofertavam um escasso atendimento diante a demanda registrada, em 1874 acolhiam 35 alunos cegos e 17 surdos, numa população que em 1872 era de 15.848 cegos e 11.595 surdos (JANNUZZI, 2012).

Foi possível observar claramente que as primeiras iniciativas para a educação dos deficientes são impulsionadas pela sensibilidade e atitude de alguns intelectuais próximos ao governo central que, inspirados pelo ideário liberal, buscavam elevar o Brasil aos padrões europeus, influenciados principalmente pelos empreendimentos franceses com os quais possuíam maior contato (JANNUZZI, 2012).

### **PRIMEIRA REPÚBLICA: O DESEJO DE MODERNIZAÇÃO E A VISÃO MÉDICO- PEDAGÓGICA**

O advento do século XX e da República recém fundada trazem consigo um forte desejo de modernizar o Brasil que é sentido principalmente pelos intelectuais urbanos ansiosos por livrarem-se dos ranços da colônia. O país renovado precisava buscar a modernidade aos padrões europeus, a urbanização a civilização, a cultura, a vida racionalizada (COLOMBANI; MARTINS, 2017).

A expansão da urbanização trouxe consigo um novo problema, o risco das epidemias, pois aglomerados humanos geram a presença de grandes estabelecimentos como os hospitais, cemitérios, fábricas, prisões, escolas e hospícios. Sendo assim, as cidades e essas instituições constituem-se como focos de doença e de desordem passíveis de se disseminarem pela população, cabe então ao novo governo o desafio de equacionar esse cenário garantindo as bases para o tão aspirado futuro promissor do país. Essa tarefa é delegada à medicina que com o seu embasamento científico torna-se responsável por determinar a melhor localização

e critérios para a organização interior dessas instituições. É nesse contexto que se consolida a medicina social responsável por formar e reformar física e moralmente o cidadão. Segundo Machado (1978) seu papel é o de civilizar, urbanizar o homem naturalizando a moral e buscando o equilíbrio entre o físico e o moral, constituindo os padrões para o indivíduo normalizado fruto do cruzamento do urbano com seu corpo orgânico. Nessa nova medicina o alvo se desloca da doença para a saúde, a prevenção toma destaque e nasce a figura do médico vigilante, como um dispositivo de poder, sua função envolve buscar as causas da doença fora do corpo, no que o circunda: o ambiente (MACHADO *et al.*, 1978, p. 253).

O momento em que o Estado se encarrega de maneira positiva da saúde dos cidadãos é o mesmo em que a sociedade como um todo aparece como passível de uma regulamentação médica. E regularizar a organização e o funcionamento sociais do ponto de vista sanitário exige que a medicina se obrigue não apenas a tratar o indivíduo doente, mas fundamentalmente a supervisionar a saúde da população, não só a visar o bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e à segurança do Estado.

A medicina constitui-se como poder político e se torna responsável por uma ação permanente de controle, incumbida de policiar tudo que é causador de doença e destruir componentes geradores de desordem. Ela define quais são os requisitos de uma sociedade perfeita. Através da higiene pública se instaura o principal instrumento na tática de permitir que ela se estabeleça enquanto poder capaz de reger de maneira efetiva a organização, o controle e a regulação da vida social (MACHADO *et al.*, 1978).

Enquanto responsáveis por determinar a forma mais adequada de organização das instituições os médicos tornam-se personagens centrais também na ordenação do espaço escolar. As crianças, símbolo do futuro da população, precisam ser cuidadas e educadas seguindo os padrões mais avançados da ciência. Com isso a escola configura-se como o melhor caminho para transformação do futuro da sociedade brasileira nesse cenário, ganha destaque a união entre educação e medicina (MACHADO *et al.*, 1978). Na busca por respostas aos casos mais graves de anomalias, cujo tratamento terapêutico não apresentava bons resultados, deu-se origem a chamada “vertente médico-pedagógica” que procurava essas respostas através da parceria entre médicos e educadores e tinha como principal ferramenta a observação. A medicina passou a influenciar diretamente a educação do deficiente tanto com a atuação imediata dos médicos nas escolas quanto com a ampla divulgação de suas pesquisas (JANNUZZI, 2012). “Os médicos também perceberam a importância da pedagogia, criando instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos, congregando crianças bem comprometidas em seu quadro geral e que estavam segregadas socialmente junto com os adultos loucos.” (JANNUZZI, 2012, p. 31-32)

A busca por oferecer condições de melhora e de aprendizado às crianças deficientes, até então relegadas a segregação social em instituições asilares,

originou várias iniciativas de construção de espaços específicos para as crianças nos manicômios, afastando-as do convívio com degenerados de toda espécie e ofertando-lhes orientação pedagógica juntamente ao tratamento clínico. Foi o caso da criação do Pavilhão Bournville no Rio de Janeiro, anexo ao Hospício da Praia Vermelha em 1904 pelos médicos Juliano Moreira e Fernando Figueira; em Petrópolis o doutor Leitão da Cunha também abriu atendimento pedagógico em 1920 e em São Paulo o doutor Franco da Rocha em 1921 construiu um pavilhão para crianças no Hospício de Juquery. Essas iniciativas, apesar de manterem a lógica da exclusão e da segregação social dessas crianças inovaram na medida em que buscavam, de alguma forma, meios para sua integração social ao oferecer-lhes educação, princípios de higiene, de alimentação, hábito de vestir-se, indo além do limitante tratamento clínico com fórmulas químicas ou outras terapias mais drásticas (JANNUZZI, 2012).

O ingresso dos médicos no reduto dos educadores oficializa-se em 1909 com a criação do Serviço de Inspeção Médico-Escolar. O professor normalista Oscar Thompson (1872-1938), à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, liderara um grupo de normalistas que pretendiam integrar a pedagogia a outras áreas de conhecimento como psicologia fisiológica, antropologia física e antropometria. Esse serviço só veio a se tornar uma prática em 1916, quando Oscar Thompson ocupou novamente esse cargo (CENTOFANTI, 2006).

## **O HIGIENISMO**

A ciência médica moderna fica então encarregada de definir padrões normatizadores através da criação de binômios como: saúde-doença, normal-anormal, louco-não louco, raças superiores-inferiores. Após a promoção da identificação do diferente este passa a poder ser marginalizado pois tudo o que não é esperado ou aceito precisa de algum modo ser combatido. O higienismo é justamente a ferramenta que busca definir e instituir padrões de moral, saúde e bons costumes e garantir a exclusão de tudo que destoe desses seus parâmetros. Enquanto política pública no início do século XX, o higienismo uniu saúde e educação buscando atingir os alunos e seus familiares, com isso o professor começa a ser visto como um aliado, treinado e apto a auxiliar na observação dos alunos em busca de diagnósticos. Foram criados os chamados “Pelotões de Saúde” que minuciosamente investigavam o cotidiano da criança buscando padrões de higiene e saúde e estabelecendo regulações de conduta. Nessa sociedade marcada pelo eugenismo, positivismo e higienismo, o corpo biológico passa a ser objeto de análise e ofensivas políticas na tentativa de eliminar os comportamentos indesejáveis. A educação e a instituição escolar tornam-se importante dispositivo de poder sobre a vida: o Biopoder. Enquanto o pensamento higienista configura-se como um instrumento na busca da reestruturação do núcleo familiar, através do poder

médico ele compensa a insuficiência da lei na regulação dos casamentos interraciais e na formação de cidadãos domesticados e normatizados (COLOMBANI; MARTINS, 2017)

O discurso higienista é muito presente no relatório de Oscar Thompson de 1917, dirigido ao Secretário do Interior (*ANNUARIO...*, 1917). Em seu texto, no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, evidencia-se que o médico deve ocupar o papel de vigilante e a escola ganha a responsabilidade de substituir a família nos cuidados relativos à saúde e higiene das crianças. Thompson defende ainda a investigação do motivo do atraso mental das crianças e aponta como seu maior responsável a hereditariedade advinda de genitores tuberculosos, sífilíticos ou alcoólatras. Todavia também considera outras causas como as habitações anti-higiênicas e insalubres e os casamentos consanguíneos. Ele aponta a necessidade da criação de critérios seguros para o estudo da anormalidade a partir da parceria entre médicos e professores. Segundo o então Diretor Geral para que a educação seja efetiva os alunos precisam ser estudados individualmente na busca de um conhecimento profundo de sua anormalidade. Desse modo, os anormais poderiam ser divididos em dois grandes grupos, o primeiro cujo seu desenvolvimento dependeria somente do professor e o segundo cujo estado de saúde requereria cuidados médicos, ar puro e luz do sol. Na busca pelo desenvolvimento de todos e pela cura dos possíveis, o primeiro passo seria essa seleção que levaria a reorganização dos alunos de maneira homogênea, fosse nas escolas regulares ou especiais (*ANNUARIO...*, 1917).

Thompson idealiza a organização da instrução pública no Estado de São Paulo norteado nos princípios da Escola Nova e concede grande ênfase aos cuidados com a saúde física das crianças. Destaca com frequência a parceria médico-escola, mas também salienta a importância da existência de espaços ao ar livre e de exercícios físicos frequentes. “A saude physica será, pois, uma das preocupações da escola nova, que empresta da antiga civilização grega o velho lemma – *mens sana in corpore sano* – para seu labaro.” (*ANNUARIO...*, 1917, p. 26).

## ESCOLA NOVA E A PEDAGOGIA CIENTÍFICA

Jannuzzi aponta que segundo Nagle (1964 *apud* JANNUZZI, 2012), as ideias do movimento da Escola Nova penetram o Brasil desde os fins do império, mas instituições sob seu modelo surgem somente a partir de 1920. Na Europa esse movimento já se encontrava consolidado nas escolas públicas da Rússia em 1917, da Alemanha em 1910, na Áustria e Itália em 1923.

Os dois vultos muito citados pelos pedagogos da Escola Nova no Brasil, Ovídio Decroly e Maria Montessori, já haviam desenvolvido um trabalho educacional considerado eficiente com esses anormais, quando foram convidados a atuar com os normais. Decroly, em Ucle, em 1902, trabalhara no instituto para retardados antes de organizar a Escola Ermitage em Bruxelas, em 1907 (LOURENÇO FILHO, 1930, pp. 132-133). Montessori formara-se em medicina em 1894 e logo, na Universidade de Roma, como assistente

de clínica psiquiátrica, pautou-se pelos ensinamentos de Séguin; depois tomou conhecimento do trabalho de Itard em viagens.<sup>2</sup> [...] todo esse trabalho é assimilado pela Escola Nova, inclusive a ênfase nas diferenças individuais. Quando penetrou o Brasil, já veio com esses elementos, repetidos do ideário escolanovista. Em 1911, no ensino paulista já se introduziu o método de intuição analítica [...] (JANNUZZI, 2012, p. 55).

Nos anos 1920, seguindo o ritmo da modernização, da urbanização e da industrialização, vários Estados brasileiros promoveram reformas educacionais inspiradas nos princípios da Pedagogia Nova. Intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Francisco de Campos destacaram-se nesse ciclo. Esse movimento enfatizava os “métodos ativos” de ensino-aprendizagem, valorizava a criança e os seus interesses, incentivava atividades que envolvessem trabalhos manuais nas escolas, inseria a criança como centro do processo educacional e valorizava estudos de psicologia experimental (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1994). Dois nomes se destacam na difusão de laboratórios de Psicologia Experimental no Brasil: Ugo Pizzoli (1863-1934) e Clemente Quaglio (1872-1948). Pizzoli era um médico italiano, livre-docente em Psicologia Experimental pela Universidade de Modena. Dedicou parte de sua vida a relacionar medicina e educação. Inaugurou na Itália em 1899 um Laboratório de Pedagogia Científica.<sup>3</sup>

O laboratório tinha por finalidade a preparação técnica dos professores para a realização de exames em seus alunos e, de certa forma, esperava-se que eles promovessem alguma revolução no ensino, aprendendo de forma experimental a avaliá-los. A expectativa era que o professor cientista fosse psicólogo, antropólogo, fisiólogo e higienista. Os cursos de Pedagogia Experimental por eles organizados se tornaram uma referência para os educadores italianos (CENTOFANTI, 2006, p. 35).

Pizzoli chegou em São Paulo em 1914, segundo Centofanti (2006), seu ingresso bem como o da Pedagogia Científica veio por intermédio do imigrante italiano Clemente Quaglio um desconhecido professor primário da cidade de Amparo-SP. Quaglio destacou-se e ganhou notoriedade por ter adotado no Brasil os mesmos passos de Pizzoli na Itália. Esse professor esteve diretamente relacionado à criação do Laboratório de Pedagogia Científica. Em 1911, a pedido de Oscar Thompson, Quaglio esteve à frente de fato inédito em São Paulo: a investigação do desenvolvimento da infância anormal. Para tanto, utilizou-se de diversas

<sup>2</sup> “A educação dos anormais começara com os médicos Jean Gaspard Itard e Edouard Séguin, se se quer tomar a França como exemplo, pois lá está o endosso do discurso corrente em 1913, entre nós. O primeiro, em 1800, médico-chefe do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris, encarregado de educar uma criança, Victor, que fora abandonada nos bosques de Aveyron, desenvolvera com ela uma metodologia de trabalho impregnada do empirismo sensualista de Condillac. Posteriormente, Séguin, a partir de 1840, com jovens anormais de inteligência do Hospício dos Incuráveis de Bicêtre, continuara o trabalho de Itard, procurando principalmente acentuar a atividade do aluno.” (JANNUZZI, 2012, p. 55)

<sup>3</sup> “Do ponto de vista conceitual, o projeto da Pedagogia científica italiana pode ser entendido como um desdobramento do positivismo naquele país, cuja história difere da expressão que teve no Brasil. O positivismo italiano foi um movimento científico, antes de ser um movimento filosófico, e teve o evolucionismo como modelo.” (CENTOFANTI, 2006, p. 32).

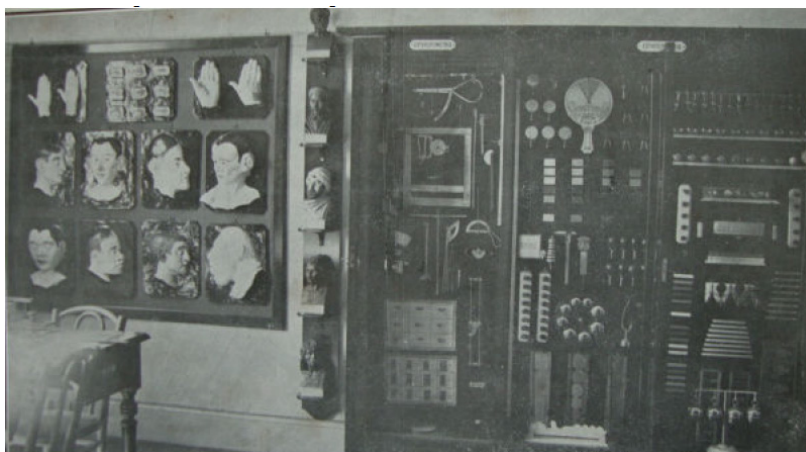


técnicas de medida, dentre elas a escala métrica da inteligência desenvolvida por Alfred Binet e Théodore Simon. Tratava-se de uma inovação, a escala Binet-Simon havia sido criada em 1905 a pedido do Ministério da Instrução Pública da França. Quaglio não somente executou as medidas, mas também defendeu a ideia de que os anormais eram perigosos para a sociedade, na medida em que poderiam insurgir-se contra ela ou somente tornarem-se onerosos por não serem capazes de desenvolver qualquer atividade de trabalho honrado.

Enquanto solução para esse problema, que denominou pedagógico-social da educação, [Quaglio] propôs a criação de asilos-escola com o respectivo gabinete de antropologia pedagógica e psicologia experimental, e a organização de um curso anexo às escolas normais, para a preparação de professores ao ensino especial dos anormais psíquicos “verdadeiros” (CENTOFANTI, 2006, p.40).

Tanto as realizações de Quaglio quanto as reformas propostas por Thompson estavam de acordo com os debates europeus da época e levaram às autoridades a optar por investimentos tecnológicos na área instalando laboratórios de antropologia e de psicologia experimental em algumas escolas, inclusive no interior. Em 1912, na mudança na organização curricular, foi criada a cadeira de Psicologia Experimental e instalado no Instituto um Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental, a cargo de Clemente Quaglio. Em 1914 é inaugurado o Laboratório de Pedagogia Científica na Escola Normal Secundária de São Paulo, na Praça da República. Ugo Pizzoli, a pedido do governo do Estado passa um período auxiliando na organização e montagem do laboratório e ministrando cursos para os professores (CENTOFANTI, 2006).

**Figura 1** – Gabinete de Anthropologia Pedagógica. Material didactico demonstrativo e instrumentos para medidas anthtopometricas.



Fonte: O laboratório de Pedagogia Experimental. (PIZZOLI, 1914, *apud* MENEZES; PINHEIRO, 2016).

Em 1885, na Itália, Giuseppe Sergi havia sugerido que se recolhessem nas escolas os dados elementares que poderiam servir de base à pedagogia científica, por meio de observações a serem registradas em um prontuário, ao qual deu o nome de folha biográfica (MENEZES; PINHEIRO, 2016, p. 177).

Pizzoli instituiu o uso obrigatório da folha biográfica a partir de 1915 em todas as escolas públicas do Estado de São Paulo a qual passou a ser chamada de Carteira Biográfica Escolar. Nela os professores passariam a registrar observações e medidas de natureza psicofisiológica e antropológica na tentativa de buscar um diagnóstico do indivíduo a partir do uso desses dados e de seu olhar psicológico. Acreditava-se que o levantamento dessas características físicas poderia identificar, por exemplo, a raça do indivíduo aos moldes dos levantamentos realizados em larga escala na Itália por Mantegazza e Lombroso<sup>4</sup>. A escola passou a ser vista como um espaço de pesquisa. A carteira deveria ser conservada pela direção da escola e entregue ao governo quando o aluno concluísse o curso. Com o tempo esses dados coletados tornaram-se uma tarefa burocrática e sem sentido para os professores e acabaram caindo no esquecimento sem que fossem sistematizados (CENTOFANTI, 2006).

Todas as medições e fundamentações respaldadas pela pedagogia científica tinham como um de seus objetivos discriminar as crianças normais das anormais. Segundo Thompson (1914 *apud* CARVALHO, 2016), tratava-se de uma tarefa *humanitária* que permitiria distinguir os casos de “anomalia simples” dos de “grave e profunda degeneração” permitindo aos primeiros que fossem “corrigidos e modificados por métodos especiais” nas “escolas normais” diferenciando-os dos degenerados, excluídos nos manicômios, e trazendo-as para o convívio em sociedade. Carvalho questiona esse intuito “humanitário” e aponta intenções políticas claras de seleção e segregação no discurso republicano de educação a todos os cidadãos. Os instrumentos técnicos de medição e observação utilizados pela Pedagogia Científica pretendiam selecionar entre a população os educáveis dos incapazes. Numa sociedade excludente e marcada por desigualdades sociais torna-se conveniente justificar por meio da hereditariedade ou da superioridade racial, a marginalização de determinados grupos (CARVALHO, 2016).

No *Annuario do Ensino de 1917*, Oscar Thompson demonstra preocupação com a educação dos anormais. Primeiramente destaca a necessidade de educá-los de forma a corrigi-los, se possível, a fim de evitar que, quando adultos, onerem o Estado sendo recolhidos em asilos, manicômios ou cadeias. Ele defende

---

<sup>4</sup> “Como forma de promover a melhoria das condições de vida dos cidadãos, tomou-se por base o princípio da regeneração da raça, e, por intermédio de pesquisas realizadas por Paolo Mantegazza (1831-1910) e Cesare Lombroso (1835-1909), procurou-se mapear o estado físico e mental do italiano médio e, ao mesmo tempo, por intermédio dos professores, buscou-se encontrar um remédio para esses desvios através de uma educação sanitária elementar.” (MENEZES; PINHEIRO, 2016, p. 177-178).

que a educação adequada pode retirá-los da condição de parasitas e incorporá-los na atividade social<sup>5</sup>. (*ANNUARIO...*, 1917)

A educação dos alumnos anormaes deve ser iniciada immediatamente, não como uma mera questão de ensino, mas para solução de um problema economico, quicá ethnico, pois o alumno anormal, quando homem feito, irá augmentar a despesa publica com a manutenção das cadeias, dos manicomios e dos asylos, se não fôr, em tempo, convenientemente educado. Soccorrido, porém, no momento oportuno, transformado em normal, elle se intregará, como elemento de ordem e de progresso, na communhão social (*ANNUARIO...*, 1917, p. 10).

Nota-se nos argumentos de Thompson a forte presença de pensamentos liberais. Sua defesa de um atendimento adequado ao deficiente, de acordo com suas necessidades específicas, visa proporcionar-lhes autonomia econômica na vida adulta. Para ele o Estado precisa reconhecer a existência do anormal e conhecer a fundo sua anormalidade para afastá-lo de sua diferença, corrigi-lo e evitar, sempre que possível, que esses indivíduos se tornem um fardo improdutivo e dependente do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se nesse recorte um nítido alinhamento entre os anseios das classes dominantes ou grupos em ascensão e os rumos da educação no Brasil. Enquanto sociedade imperial, agrária e escravocrata o analfabetismo no Brasil era inerente e os deficientes eram excluídos em asilos, manicômios ou prisões, junto a todo tipo de indivíduo que não se enquadrasse nos padrões sociais. Na medida em que a sociedade brasileira buscava igualar-se aos padrões de modernidade europeus os investimentos em educação tornaram-se um foco de atenção. A busca por reformas e pela construção de um novo padrão educacional torna latente o desejo por homogeneizar os agrupamentos de estudantes, desse modo, pretende-se melhorar o desempenho da educação e promover cura ou avanços de integração social aos deficientes. Imersos no pensamento da Escola Nova e com auxílio da Pedagogia Científica os idealizadores dessa nova educação buscam meios para mensurar características físicas, identificar os anormais e conhecer a fundo as deficiências a fim de oferecer-lhes educação adequada.

Conforme a medicina social se estabelece enquanto poder político, responsável por determinar padrões como normal-anormal, saúde-doença, louco-não louco, suas influências irradiam-se para o interior das escolas. Para o Estado moderno, que anseia pela construção de um futuro promissor, torna-se fundamental controlar os corpos, para tanto a escola é a principal fonte de acesso para gerir a criança e a família. Estabelece-se assim a parceria médico-escola definindo

<sup>5</sup> Em 1917 a Lei 1.579 de 19/12/1917 cria na capital paulista o Instituto dos Surdos-Mudos, o Instituto dos Cegos e o Instituto dos Anormaes; no interior do estado estabelece uma escola para crianças débeis e duas colônias de férias. (SÃO PAULO, 1917).

padrões de higiene e de moral. Cabe então à medicina determinar esses padrões e aos professores observar as crianças transformando as escolas em verdadeiros laboratórios de pesquisa. Os resultados e os dados levantados a partir desse trabalho conjunto permitem justificar as injustiças sociais cientificamente, através de critérios como hereditariedade ou superioridade racial.

Nesse cenário que tenta construir as bases para um Brasil moderno, aos moldes europeus, nascem as primeiras instituições específicas para o atendimento aos deficientes. O anseio do Estado e dos médicos, precursores desse movimento, era a busca pela cura e pela correção desses anormais a fim de evitar que essas crianças, quando adultas, se tornassem um fardo dependente do Estado e improdutivo. Os primeiros investimentos públicos em educação especial buscavam a identificação e compreensão da deficiência a fim de otimizar a qualidade da educação normal e garantir, sempre que possível, que o anormal fosse curado, ou se aproximasse dos padrões de normalidade convivendo em sociedade. Buscava-se que estes indivíduos no mínimo pudessem ter autonomia financeira, livrando o Estado da responsabilidade e dos gastos com o cuidado com seus corpos na vida adulta.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos César. de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 395-415.
- CENTOFANTI, Rogério. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. **Psicologia da Educação**. São Paulo, n. 22, pp. 31-52, 1º sem. de 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752006000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100003)>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul A. O Movimento Higienista como Política Pública: Aspectos Históricos e atuais da Medicalização Escolar no Brasil. **RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional**. [Araraquara], v. 21, n. 1, p. 278-295, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9788>>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- ANUARIO do ensino do Estado de São Paulo**. DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. São Paulo, 1917. (vol. 1).
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.
- JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MACHADO, Roberto *et al.* **Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MENEZES, Maria C.; PINHEIRO, Maria de L. Um médico italiano para a escola republicana paulista: a pedagogia científica nas escolas normais brasileiras. **Revista Iberoamericana Patrimônio Histórico-Educativo**. Campinas, v. 2, n. 3, p. 163-181, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9264/4688>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do estado. *Lex*: **Diário Oficial**, São Paulo, 28/12/1917, p. 5856.

---

Recebido: 01/04/2019

Aceito: 01/05/2019

